



**O APOIO COMPLEMENTAR DA ASSISTÊNCIA RELIGIOSA NA
VALORIZAÇÃO E NA PRESERVAÇÃO DE VIDAS**

FÁBIO CASADO DIAS
WEDER VIEIRA LIMA
FRANCISCO GEILSON ROCHA DA SILVA

ASPIRANTES 2023

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
1. Assistência religiosa x assistência espiritual: diferenças e relevância.	4
2. Sobre o suicídio: conceito e causas	11
2.1 O Suicídio na filosofia socrática, uma questão desde a antiguidade	12
2.2 O que o Magistério católico reflete sobre o suicídio?	13
2.3 Os fatores potencialmente ameaçadores da vida dentro da caserna	14
2.4 Prevenção e mitos	16
3. A atuação do capelão militar	18
3.1 Atividade pastoral	18
3.2 A perspectiva cristã	19
3.2.1 Ato	20
3.2.2 A razão	20
3.2.3 A liberdade	20
3.2.4 A vontade	20
4. Liberdade e responsabilidade	21
4.1 Condicionantes da liberdade	21
4.2 Fim do ato humano e opção fundamental	22
5. Consciência	22
5.1 Consciência habitual (Sinderese) e Consciência atual	22
6. Discernimento – valor, norma e juízo moral	23
7. Consentimento	24
8. O Senhor dos exércitos	24
CONCLUSÃO	26
REFERÊNCIAS	27

INTRODUÇÃO

Quando se fala em servir às Forças Armadas e, mais especificamente, ao Exército brasileiro, abre-se, diante de quem aspira a essa condição, um verdadeiro “leque de opções”. Há, por convenção e pelo senso comum, porém, uma inclinação de se pensar o serviço militar simplesmente como a assunção de funções operacionais, ou seja, participar de patrulhas, aprender a manusear diversas armas, envolver-se em missões de cunho bélico, submeter-se a um rigoroso treinamento físico e militar e ser adestrado num severo programa disciplinar.

A profissão militar, de fato, requer todas essas (além de outras) competências, tendo em vista ser o papel das Forças Armadas, enquanto instituição nacional, conforme consta no Estatuto dos Militares, a defesa da Pátria, bem como a garantia dos poderes democráticos, da lei e da ordem na esfera pública. Para se cumprir tamanha responsabilidade, de fato, exige-se do militar preparo físico, operacional e emocional, acima do habitual.

Com base nesse estereótipo do militar como um “soldado” sisudo, de aspecto grave, sempre armado, fardado e em movimento de marcha, inviabilizase a associação de figuras religiosas, como padres e pastores, também bastante estereotipados sociodiscursivamente, a esse tipo de ocupação profissional, com base na suposta ideia de “ultrassacralidade” dessas pessoas e da “profanidade” da caserna.

Entretanto, a história trata de confirmar duas fundamentais verdades: primeiramente, a presença da figura do capelão militar, envolvido integralmente em cenários de guerra, como diversas vezes nos mostra a Bíblia e até mesmo a própria história do capitão Antônio Álvares da Silva, o Frei Orlando, patrono do Serviço de Assistência Religiosa do Exército que participou da Segunda Guerra Mundial e acabou morto, vitimado pela imprudência de um companheiro de guerra. Atuando como líderes espirituais, os capelães, em tempos de guerra, sempre prestaram assistência religiosa aos exércitos em batalha, imbuídos de profundo amor ao próximo, mas sem estar desprovido das prerrogativas de um genuíno militar como a disciplina, a submissão às autoridades, o senso de

missão, a resiliência, a consciência do dever de proteger a pátria, além do espírito de corpo.

Partindo, portanto, do pressuposto de que um capelão das Forças Armadas é tão militar quanto um oficial de Infantaria, por exemplo, partimos para analisar, nesse trabalho, os principais aspectos do serviço de assistência religiosa e, sobretudo, o peso que o trabalho da capelania tem importante missão de valorizar e preservar vidas.

Para isso, buscamos refletir sobre as seguintes questões: quais os fatores potencialmente ameaçadores da vida, especialmente, daqueles que servem na caserna? De que forma a capelania colabora na sagrada missão de proteger vidas? Qual a diferença entre assistência religiosa e assistência espiritual e qual a importância de ambas no trabalho de preservar vidas? Quais as áreas de atuação da capelania militar através das quais ocorrem as principais ações que cooperam na preservação de vidas?

Como forma de dar conta das indagações supramencionadas, organizamos nosso trabalho do seguinte modo: em primeiro lugar, discutimos de um modo geral os fatores que potencialmente ameaçam a vida, com ênfase no contexto da caserna; posteriormente, passamos a discutir os conceitos de assistência religiosa e espiritual, buscando diferenciá-los e, simultaneamente, apresentar a relevância dessas duas dimensões no importante trabalho da capelania; por fim, apresentar as áreas de atuação da capelania militar, através das quais ocorrem as principais ações que cooperam na preservação de vidas.

1. Assistência religiosa x assistência espiritual: diferenças e relevância.

Há na pesquisa científica, dentre tantos aspectos importantes, algumas peculiaridades que a diferenciam de uma mera investigação independente, fruto de uma curiosidade casual. Um desses fatores é a metodologia, grosso modo, uma forma específica com que o pesquisador se apropria de um determinado método, atrelado a alguma teoria ou campo do conhecimento, no intuito de tornar exequível seu projeto de investigação. Tão importante é a metodologia, a ponto de ser ela considerada o elemento definidor do grau de cientificidade de uma pesquisa. Dessa forma, para se construir conhecimento com qualidade, é imprescindível valer-se de uma boa construção metodológica, pois além de delimitar os caminhos da investigação a serem desenvolvidos, ela exerce, de igual maneira, uma função questionadora e reflexiva acerca dos limites do que se busca averiguar.

Em razão disso, grandes autores, filósofos e pesquisadores estiveram preocupados, antes de mais nada, em dissertar páginas e mais páginas sobre o percurso metodológico dos seus trabalhos. O antropólogo Lévi-Strauss, por exemplo, dedicou dois volumes de sua obra apenas para discutir suas preocupações metodológicas; Durkheim, uma das referências clássicas da Sociologia, materializou essa mesma preocupação na obra **Regras do método sociológico**; Weber e Marx também dedicaram generoso espaço em seus escritos, compondo verdadeiros “testamentos metodológicos”; a obsessão de Freud em fazer da Psicanálise reconhecidamente uma ciência pode ser observada nos vários textos nos quais descreve as bases científicas (metodológicas) desse novo campo, além da exposição dos procedimentos experimentáveis, por ele adotado (DEMO, 2002).

Mas há outro fator extremamente relevante, dentro de uma investigação, também responsável pelo tom de cientificidade da mesma, a saber, a teoria. Toda pesquisa surge de uma curiosidade, de uma “vontade de saber” sobre determinado tema ou assunto. A partir do momento em que delimito e contextualizo minha preocupação para com algum aspecto da realidade, isso passa a ser um objeto de investigação, à espera de ser observado com base em alguma teoria e, no caso, de algum conceito teórico.

No caso do presente trabalho, no qual buscamos analisar a relevância da capelania, no contexto militar, como meio de preservação de vidas, recorreremos aos conceitos de assistência religiosa e assistência espiritual, aqui assumidos como duplamente importantes, no exercício do cuidado pastoral no contexto da caserna.

Apesar, porém, de ambos terem considerável valor na missão precípua, cumprida pelos capelães militares, não possuem o mesmo significado, sendo, portanto, necessário traçarmos nesse espaço uma breve diferenciação conceitual e verificarmos a relevância que essas dimensões possuem na labuta diária daqueles que foram vocacionados, especialmente, para cuidar de vidas, preservando-as das ameaças (vício nas drogas e no álcool, paulatina perda do sentido da vida, desesperança, suicídio etc.) que naturalmente advêm das dificuldades, dos riscos e das pressões impostas pela vida militar.

A Lei 6.923, de 1981, responsável por regular o serviço de assistência religiosa no âmbito das Forças Armadas é o texto-base, no qual uma implícita diferenciação entre assistência religiosa e assistência espiritual é sugerida. Segundo a referida lei, o serviço de assistência religiosa manifesta-se na missão que o capelão tem de prestar tanto um auxílio religioso, como espiritual aos militares, aos civis das organizações militares e aos respectivos familiares de ambos os grupos. Tendo em vista ser bastante natural confundirmos uma área de atuação com a outra, tomando-as, até, como de mesmo sentido, faz-se necessário destacarmos o que cada uma, de fato, significa e refletirmos acerca da forma como uma e a outra podem ser relevantes no importante trabalho de preservar vidas.

Começemos pela conceito de assistência religiosa. A assistência religiosa refere-se às ações, desenvolvida por parte dos capelães militares, sempre em sintonia com a sua confissão de fé religiosa. Dessa maneira, pode-se tomar como exemplos de assistência religiosa a realização de missas ou cultos, a celebração de ofícios e sacramentos como a Santa Ceia e o Batismo, por exemplo, e outros atos que possam ser identificados como de cunho confessional, mas sempre tendo como alvo o bem da instituição a qual se serve (ALVES, 2017).

Esse modo mais *stricto sensu* de enxergar a assistência religiosa, assenta-se no próprio conceito de religiosidade:

A religiosidade é considerada a forma ou padrão coletivamente estabelecido e pessoalmente escolhido pela pessoa para exercer sua espiritualidade, embora nem sempre a espiritualidade se enquadre em um padrão religioso tradicional. De modo geral, a religiosidade é uma vivência de um paradigma religioso compartilhado em um tempo ou local, na esfera das religiões (ALVES; SILVA, 2017, p. 192).

Em decorrência dessa percepção, encara-se, portanto, a assistência religiosa como um momento de se vivenciar uma forma particular de compreensão religiosa, no qual um tempo e espaço específicos são “invadidos” por ações e processos advindos de determinados paradigmas teológicos. É exatamente nessa dimensão do trabalho que o capelão sente-se livre para fazer valer o direito, constitucionalmente assegurado, do pleno exercício de sua religiosidade, em conformidade com sua visão de fé, sem qualquer prejuízo à missão a ele designada, pois por mais que esteja, de modo concreto, enredado em tarefas que o põem, por vezes, lado a lado com capelães e/ou líderes religiosos, portadores de diferentes percepções de fé, isso não o obriga a anularse enquanto sujeito possuidor de convicções e posicionamentos teológicos próprios.

Sendo assim, pode-se entender essa dimensão do trabalho da capelania como uma abertura legal para que o capelão possa atuar de maneira confessional, incluindo, como destacam Alves e Silva (2017, p. 193), “[...] todas as idiosincrasias do credo religioso do capelão e do assistido”, sempre visando a edificação dos membros de uma instituição, mas em livre e desimpedido acordo com o credo professado.

A relevância da assistência religiosa se mostra, especialmente, em ocasiões nas quais surgem demandas oriundas de assistidos, adeptos da mesma confissão ou credo religioso do capelão, proporcionando àquele que busca o apoio da capelania uma maior e melhor identificação com as ações perpetradas pelo capelão, com o perfil teológico do discurso, bem como um razoável alinhamento litúrgico e sacramental. Um exemplo disso pode ser visto quando, na iminência da morte de um ente querido, um militar católico solicita a visita de um padre capelão, para que este aplique o sacramento da “Unção dos Enfermos” ao necessitado.

Nesse caso, Alves e Silva (2017) chamam a nossa atenção para um cuidado específico que o capelão deve ter. Segundo eles, quando ocorre uma demanda, como a mencionada no parágrafo anterior, ou um pedido para a realização de um casamento, o capelão precisa estar atento à existência ou não de convergência entre a sua confissão de fé e o credo da pessoa solicitante. Caso não se confirme a convergência, o capelão deve encaminhar a demanda para outro sacerdote, de confissão similar à do solicitante, para que este realize o trabalho. Isso tem como objetivo não ferir a liberdade e nem a consciência teológica do capelão, obrigando-o a atuar fora de suas convicções de fé e prática, nem tampouco gerar um considerável desconforto na pessoa solicitante, ao ver sua solicitação sendo atendida de uma forma diferente e por quem não representa seu credo religioso.

No que se refere à assistência espiritual, temos um universo mais abrangente de atuação, por parte do capelão militar, haja vista ser um tipo de atuação no qual este se vê exercendo atividades que estão além dos seus horizontes confessionais, objetivando, ainda de forma mais clara, colaborar com o desenvolvimento das pessoas a quem assiste, elevar o moral da tropa, além de gerar entre os militares um ambiente de convívio mais amistoso, harmônico, dando uma generosa contribuição para que a camaradagem e o espírito de corpo se disseminem cada vez mais no ambiente da caserna (ALVES, 2017). Isso de forma alguma significa uma abdicação da confissão de fé, por parte do capelão, mas tão somente o desenvolvimento de ações cujo maior propósito é o bemestar da coletividade ao invés da imposição de uma determinada compreensão teológica.

O conceito de “assistência espiritual” vem a calhar perfeitamente com o fato de não ser a finalidade última do serviço da capelania a mera reprodução de práticas e rotinas típicas de uma denominação e/ou igreja cristã. Tanto o pastor quanto o padre não devem tomar, como sua responsabilidade, a construção de pequenas igrejas, organizações eclesiais ou paróquias dentro da caserna. Sobre a principal missão da capelania, no contexto militar, Alves e Silva assim ponderam:

A razão de ser de uma capelania em uma instituição não pode ser imposta por um conceito puramente teológico, por mais que este seja correto e legítimo. Por exemplo: “ganhar vidas para Jesus”, “livrar

peças do inferno”, ou “adorar a Deus”. Essas coisas devem caracterizar a razão de ser da vida do capelão ou mesmo de uma instituição propriamente religiosa, criada especificamente para isso. A capelania institucional precisa demonstrar como suas atividades auxiliam sua instituição no cumprimento de sua missão, sob pena de ser entendida de forma simplista como uma igreja dentro da instituição, perdendo assim seu valor organizacional (2017, p. 158).

Se o conceito de assistência religiosa alinha-se ao princípio constitucional da liberdade de crença, a assistência espiritual harmoniza-se à ideia, constitucionalmente estabelecida, da laicidade do Estado. Assim, partindo-se do pressuposto de que o Estado brasileiro não tem uma religião definida, abrindo espaço para toda forma de manifestação de fé e crença religiosas, cabe ao capelão militar dar sua contribuição para o fortalecimento moral, emocional, disciplinar e ético à tropa (e seus respectivos familiares) a qual serve.

A relevância desse serviço, nas duas dimensões (assistência religiosa e espiritual) acima comentadas é indiscutível e também pautada em pesquisas científicas. Algumas dessas investigações mostram, de forma muito clara, o quanto a assistência religiosa e espiritual institucionalmente organizada é importante, gerando inumeráveis resultados de ordem individual e, sobretudo, coletivo, que é o maior objetivo do serviço da capelania. Tais resultados, como destacam com muita pertinência Alves e Silva (2017, p. 161), jamais poderiam ser obtidos sem “intervenções que levem em conta a área da existência humana alcançada pela assistência religiosa e espiritual”.

Robbins (*apud* Alves e Silva, 2017, p. 161), fundamentado em pesquisas de uma relevante empresa de consultoria, classifica a presença desse tipo de assistência, dentro de uma organização, como uma “vantagem estratégica”, gerando um ganho na produtividade e uma acentuada diminuição da rotatividade. São organizações que também passam a ter um melhor desempenho, quando comparadas a outras, tendo em vista a relação, indicada nessas pesquisas, entre a espiritualidade e outros importantes elementos tais como a criatividade, a satisfação profissional e pessoal, o desempenho no trabalho e o compromisso organizacional.

Quando pensamos na existência humana de modo integral, temos de aceitar, ainda que a contragosto, a ideia do sofrimento, da aflição e da morte

como elementos constitutivos da mesma. Frankl (2018) indica como forma mais ideal para lidar com essa dura realidade a busca pelo sentido da vida. Tal sentido resume-se na conquista do “por quê” viver, único meio, segundo o médico e psicólogo austríaco, de enfrentar as diversas indesejáveis situações da vida. Não se trata, porém, de apontar caminhos para as pessoas ou de ensiná-las, pragmaticamente, receitas de autoajuda, mas de orientá-las, mesmo que em ocasiões de profundo desespero, mostrando-lhes que o importante não é indagar sobre o que esperam da vida, mas discernir o que a vida espera de cada uma delas. Nas palavras de Frankl:

Falando em termos filosóficos, poder-se-ia dizer que se trata de fazer uma revolução copernicana. Não perguntamos mais pelo sentido da vida, mas nos experimentamos a nós mesmos como os indagados, como aqueles aos quais a vida dirige perguntas diariamente e a cada hora – perguntas que precisamos responder, dando a resposta adequada não através de elucubrações ou discursos, mas apenas através da ação, através da conduta correta. Em última análise, viver não significa outra coisa se não arcar com a responsabilidade de responder adequadamente às perguntas da vida, pelo cumprimento das tarefas colocadas pela vida a cada indivíduo, pelo cumprimento da exigência do momento (FRANKL, 2018, p. 101-102).

Dessa forma, a capelania legalmente instituída, como parte de uma organização, seja ela militar ou civil, exerce, em síntese, dois relevantes papéis, contribuindo, em primeiro lugar, na consecução do plano estratégico e na missão dessa organização, mas, sobretudo, enquanto serviço de assistência religiosa e espiritual, que abrange a dimensão humana do indivíduo e o enxerga sempre como um ser integral, colabora para que este indivíduo encontre um sentido para a sua vida, passando a desfrutar de uma existência integralmente saudável e feliz.

Em razão disso, é preciso deixar claro que essa distinção entre assistência religiosa e assistência espiritual, no que se refere ao campo prático, tende a não ser uma preocupação do capelão, pois suas atenções voltam-se sempre para as demandas que a ele se apresentam, visando a colaborar com o bem-estar das pessoas que a ele recorrem, independente se precisará atuar mais de um modo confessional (assistência religiosa) ou se necessitará agir, transcendendo seus horizontes teológicos (assistência espiritual), pois é típico da vocação pastoral do capelão (especialmente, o militar) a aptidão para o

exercício do dom da misericórdia, a capacidade de servir ao próximo, isento de interesses institucionais, o dom de enxergar as pessoas pela ótica da dignidade humana, a competência para conviver com o diferente e a maturidade de saber atentar para a carência das pessoas e da instituição na qual está inserido.

Essa diferenciação, portanto, faz-se necessário mais no campo didático e conceitual, auxiliando-nos a compreender melhor as principais dimensões e características do trabalho de um capelão militar. Por outro lado, pensemos nas diversas demandas que a ele chegam, todos os dias. Para ele acorrem indivíduos depressivos, acometido de sentimento suicida, vítimas de desordem familiar, pessoas com problemas na área da sexualidade, na área conjugal, na vida profissional etc. Na esfera coletiva, surgem solicitações para que ministre palestras ou instruções no afã de melhorar o ânimo da tropa, prevenir e combater vícios, como no álcool e nas drogas e capacitar a tropa a lidar com as diversas pressões, características do ambiente da caserna e da própria profissão militar. Nesse contexto, nenhum capelão em sua consciência atuará pensando se está mais na dimensão da assistência religiosa ou na esfera da assistência espiritual, pois tudo que ele mais deseja, naquele momento, é auxiliar as pessoas nas suas mais diversas vicissitudes, promovendo a cura dos corações, sendo instrumento de Cristo na mais sublime obra na qual estará envolvido: aproximar as pessoas de Deus, sempre investido de profundo amor por elas.

2. Sobre o suicídio: conceito e causas

Registra-se recentemente no latim moderno como *suicidium*, formado pelos elementos latinos: *sui*, indicando a si mesmo e o sufixo *-cidium*, que representa um assassinato, associado ao verbo *caedere*, que se refere a matar explicitamente. É possível observar inúmeros termos vinculados ao verbo *caedere*, para distinguir determinado tipo de situação: homicídio (em latim *homicidium*), parricídio (em latim *arricidium*), genocídio (neologismo baseado no grego *génos*, por classe e *-cidium*), ou infanticídio (em latim *infanticidium*).

Pensar em Suicídio é se entregar a uma busca incansável dos porquês. É refletir sobre quais sentimentos, faltas, lacunas ou mistérios rondavam aquela existência. O suicídio pode ser definido como um ato deliberado executado pelo próprio indivíduo, cuja intenção seja a morte, de forma consciente e intencional. É um comportamento com determinantes multifatoriais, além disso, é resultado de uma complexa interação de fatores psicológicos e biológicos, inclusive genéticos, culturais, psicológicos, religiosos e socioambientais.

Muitos questionamentos surgem, como por exemplo, por que as pessoas se matam, o que aconteceu com aquela pessoa para desistir de viver e se matar, etc. Isto conseqüentemente nos leva a uma busca por respostas no sentido de aliviar o sofrimento e a sensação de indignação e inconformismo, por alguém ter decidido acabar com sua própria vida.

Segundo a Organização mundial da Saúde, todos os anos, 703 000 pessoas tiram a própria vida e há muito mais pessoas que tentam o suicídio. Todo suicídio é uma tragédia que afeta famílias, comunidades, instituições e países inteiros e tem efeitos duradouros nas pessoas que ficam para trás. O suicídio ocorre ao longo da vida e foi a quarta principal causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos em todo o mundo em 2019.

Refletir sobre Suicídio é também analisar por que este fenômeno tem sido silenciado ao longo dos anos pela sociedade, autoridades responsáveis, profissionais de saúde e familiares, camuflando assim um grave problema de saúde pública no Brasil e no mundo (Botega, 2002). O fato é que este silêncio não ajuda, é preciso abordar o suicídio de forma responsável e realística, para ajudar na prevenção.

Para ratificar acerca dos responsáveis no combate ao suicídio, a OMS reconhece:

O suicídio como uma prioridade de saúde pública. O primeiro Relatório Mundial de Suicídio da OMS “Prevenir o suicídio: um imperativo global”, publicado em 2014, visa aumentar a conscientização sobre a importância do suicídio e das tentativas de suicídio para a saúde pública e tornar a prevenção do suicídio uma alta prioridade na agenda global de saúde pública. Também visa encorajar e apoiar os países a desenvolver ou fortalecer estratégias abrangentes de prevenção do suicídio em uma abordagem multissetorial de saúde pública.¹

2.1 O Suicídio na filosofia socrática, uma questão desde a antiguidade

Na maioria dos casos, o suicídio de uma pessoa representa o fim de uma trajetória de vida marcada pelo sofrimento ou derrota. Esta premissa geral não foi cumprida pelo filósofo Sócrates², que acabou com sua vida com absoluta serenidade e sem nenhum ápice de angústia. Não se pretende este texto, depois de pesquisas, embora panorâmica acerca do assunto devido escassez do tempo, comparar, justificar ou mitigar a complexidade, seriedade e impactos na vida do ser humano e de outrem, no que tange o assunto proposto pelo trabalho, não obstante, identificar, demonstrar uma forma ou ação suicida no decorrer da história da humanidade.

No ano 399 a. C Sócrates foi julgado pelo povo em uma assembleia por dupla acusação: por introduzir novas divindades entre os atenienses e por corromper os jovens. Por trás destes motivos havia uma clara tentativa de silenciar o filósofo.

Durante o julgamento, Sócrates não demonstrou arrependimento e nem pediu desculpas. Em suas palavras perante o tribunal apenas limitou a dizer que

¹ SUICÍDIO. Disponível em: < <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/suicide>>. Acesso em: 23 de ago. de 2023.

² Sócrates é uma dessas figuras imperecíveis da história, que acabou por ir além de sua vida terrena e erigir-se num símbolo. O homem de carne e osso, o cidadão ateniense, nasceu no ano de 469 a.C. e foi condenado a morte no ano de 399 a.C. Sócrates foi condenado a morte no ano de 399 a.C. Criou, em torno de si uma escola (no sentido intelectual e não material do termo) a qual acorriam os jovens atenienses que se interessavam pela busca do conhecimento filosófico. Um destes jovens era Platão, seu principal discípulo, e a quem devemos o registro escrito do pensamento de Sócrates: Os Diálogos. Filho de uma parteira, costuma-se associar seu método de pensar e ensinar, ao processo de parto: ajudar a natureza a dar à luz à criança. Sua forma de ensinar, pelo constante questionamento das afirmações e da busca do seu significado, a partir de indagações intelectualmente provocadoras, equivalia ao processo de ajudar a natureza do discípulo (sua mente) a extrair, de dentro de si mesmo, o conhecimento verdadeiro. Em outras palavras, “um parto espiritual”.

a única coisa que fez em sua vida foi buscar a verdade e tentar melhorar a condição moral dos atenienses. O júri que lhe condenou declarou-o culpado por uma estreita margem de votos. A sentença que lhe foi imposta era tradicional em sua época: tinha que beber cicuta para se matar.

Apesar da condenação, seus amigos mais próximos tinham um plano de fuga para salvar sua vida. Quando foi comunicado, Sócrates rejeitou a proposta e escolheu livremente o caminho do suicídio. Antes do desenlace final, reuniu seus amigos e falou com absoluta naturalidade sobre a imortalidade da alma. Em seguida, bebeu a cicuta e em poucos minutos acabou falecendo. Seus momentos finais ficaram imortalizados no diálogo “Fédon” de Platão.

2.2 O que o Magistério católico reflete sobre o suicídio?

O Catecismo da Igreja Católica, promulgado em 1992, reafirma a gravidade do suicídio e, ao mesmo tempo, reconhece que “perturbações psíquicas graves, a angústia ou o temor grave de uma provação, de um sofrimento, da tortura, são circunstâncias que podem diminuir a responsabilidade do suicida” (CIC, 2282).

O Catecismo enfatiza, ainda, que não se deve perder a esperança da salvação daqueles que se mataram. “Deus pode, por caminhos que só Ele conhece, oferecer-lhes a ocasião de um arrependimento salutar. A Igreja ora pelas pessoas que atentaram contra a própria vida” (CIC, 2283).

2280 – “Cada um é responsável por sua vida diante de Deus, que lhe deu e que dela é sempre o único e soberano Senhor. Devemos receber a vida com reconhecimento e preservá-la para honra dele e salvação de nossas almas. Somos os administradores e não os proprietários da vida que Deus nos confiou. Não podemos dispor dela”.

2281 – “O suicídio contradiz a inclinação natural do ser humano a conservar e perpetuar a própria vida. É gravemente contrário ao justo amor de si mesmo. Ofende igualmente o amor do próximo, porque rompe injustamente os vínculos de solidariedade com as sociedades familiar, nacional e humana, às quais nos ligam muitas obrigações. O suicídio é contrário ao amor do Deus vivo”.

2282 – “Se for cometido com a intenção de servir de exemplo, principalmente para os jovens, o suicídio adquire ainda a gravidade de um escândalo. A cooperação voluntária ao suicídio é contrária à lei moral. Distúrbios

psíquicos graves, a angústia ou o medo grave da provação, do sofrimento ou da tortura podem diminuir a responsabilidade do suicida”.

2283– “Não se deve desesperar da salvação das pessoas que se mataram. Deus pode, por caminhos que só Ele conhece, dar-lhes ocasião de um arrependimento salutar. A Igreja ora pelas pessoas que atentaram contra a própria vida”.

2.3 Os fatores potencialmente ameaçadores da vida dentro da caserna

Quando a pessoa perde a perspectiva de futuro, a falta de amparo familiar, ausência de relacionamento/ciclo social, isso afeta consideravelmente a saúde mental do ser humano, causando sofrimento prolongado que ao perdurar se transforma em um quadro depressivo. Quando o quadro depressivo progride sem amparo profissional e acolhimento tanto da psicologia quanto em relação ao tratamento psiquiátrico medicamentoso, ocorre o surgimento de ideação suicida, que ao perdurar pode gerar atos e ações que demonstram o risco do cometimento do ato, o que, por fim, pode levar à tentativa de suicídio ou ao suicídio consumado.

Segundo o Guia de Prevenção ao Suicídio do Departamento Geral do Pessoal do ministério da Defesa do exército Brasileiro,

ideação suicida origina-se da desistência do indivíduo pela vida e alimenta o pensamento de como acabar com a sua existência, variando entre a ideia e o planejamento. Ressalta-se que a ideação é o primeiro indicativo de suicídio e que este pode vir a se tornar ato consumado. É possível, ao identificar a existência da ideação suicida, atuar de modo preventivo³.

Normalmente os pacientes com risco elevado de suicídio avisam previamente, traçam planos e estratégias até o fim, cometendo tal ato.

A vida laboral do militar está permeada por situações que envolvem estresse. Esse fato pode gerar possíveis quadros de desequilíbrio emocional, levando o indivíduo a término de relacionamento, conseqüentemente a adoecimento. Podem ocorrer também falta de atenção e concentração,

³ MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO: Departamento Geral do Pessoal. Guia de prevenção ao suicídio. 1 Edição. Abril de 2021.

alterações da memória, baixa autoestima, labilidade emocional, impaciência e dificuldades comportamentais associadas à negligência ou escrúpulo excessivo, à irritabilidade e aumento da agressividade, a dificuldade de aquietar-se, sintomas defensivos que tangem tendência ao isolamento, sentimento de onipotência, conseqüentemente, perda de interesse pelo trabalho. Mas além disso, o abuso de substâncias psicoativas, como o álcool, também pode estar associado como um fator de risco importante.

Na imensa maioria dos casos, tem algum transtorno mental subjacente. Por exemplo a depressão. Mas pode ocorrer com qualquer outro indivíduo. Pode se observar, que dentro da caserna, por diferentes razões, muitos militares se vêm mergulhados em situações de crises. Não se pretende, aqui neste trabalho, levantar juízos de valores morais para elucidar tais percepções. Quando o militar apresenta atitudes e em determinadas situações age de maneira impulsiva, não correspondendo com os valores aprendidos na caserna, quando passa maior parte do tempo estressado com os seus subordinados ou pares, pode-se verificar a relação entre a falta de educação financeira e o endividamento.

O excesso de consumo pode ocasionar descontrole financeiro. Os problemas financeiros podem causar preocupação e estresse, nesse caso, podendo atrapalhar a atividade profissional com a possibilidade de cometer erros, como os acidentes de trabalho, desenvolvimento de patologias e a redução de produtividade. Aproximadamente 80% dos casos de suicídio ocorrem em países de baixa e média renda, provocadas pelo desemprego, problemas socioeconômicos. Os Meios mais comuns no suicídio consumado são: pesticida (20% - ex.: "chumbinho"), corda, arma de fogo, etc. Por vezes, a depressão surge quando o militar é muito pressionado, quando ele falha, quando é sobrecarregado, quando suas funções mudam drasticamente sua vida, rotina e relações sociais. Além disso, a necessidade de adotar uma postura firme no exercício da profissão faz com o que essa máscara perpetue no dia a dia e prejudique seu próprio tempo. Porém, como mencionado acima, o medo de frustrar as expectativas sociais e pessoais desencadeia quadros depressivos. Assim como, o medo de perder a farda ou o simples fato de troca de funções. Além disso, em muitos casos de depressão, o militar tem receio de ser mal visto e não auxiliado no momento certo.

Portanto, acometido pelo estresse, depressão e motivos complexos, ocorre muitas vezes, a tentativa de suicídio, que pode ser facilitado pelo fato de a classe militar possuir conhecimento e acesso a meios letais.

As Forças Armadas devem promover frequentemente ações com objetivo de identificar militares com sinais sugestivos de depressão e suicídio. Logo, encaminhando-os para tratamento psiquiátrico e psicológico.

O reconhecimento dos fatores de risco e dos fatores protetores é fundamental e pode ajudar o profissional de saúde a determinar clinicamente o risco e, a partir desta determinação, estabelecer estratégias para reduzi-lo. Os médicos ainda não podem prever exatamente quem irá se suicidar, mas podem tentar reduzir os riscos. O detalhado conhecimento dos fatores de risco pode auxiliar os médicos a delimitarem populações nas quais os eventos poderão ocorrer com maior frequência.⁴

Pensando nisso, o Exército Brasileiro, a Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social (DCIPAS) determinaram o Programa de Valorização da Vida. É importante identificar os sintomas de depressão no militar e tratar. Principalmente, detectar o início do problema para garantir uma melhora do quadro.

“No geral, não há como prever quem cometerá suicídio, mas é possível avaliar a situação de risco que cada indivíduo apresenta. Um suicídio nunca tem uma causa única ou isolada, sendo o desfecho de um processo de muitos fatores”. (GUIA DE PREVENÇÃO AO SUICÍDIO, 2021).

2.4 Prevenção e mitos

A Organização Mundial de Saúde (OMS) publicou no relatório “Prevenção do suicídio, um imperativo global” (2014) os principais mitos sobre o suicídio:⁵

⁴ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA (ABP). Suicídio: informando para prevenir. Brasília, 2014.

⁵ Instituto Bia Dote: Prevenção ao suicídio. Disponível em: <http://institutobiadote.org.br/prevencao-ao-suicidio/> – cf. Preventing suicide: A global imperative <http://www.who.int/mental-health/suicide-prevention/world-report-2014/> Acesso em: 24 de ago. de 2023.

1- “Quem fala sobre suicídio não tem intenção de cometê-lo”. Essas pessoas podem estar pedindo ajuda ou apoio e um número significativo delas podem ter ansiedade, depressão e sentir-se desesperançadas para considerar outras opções.

2- “A maioria dos suicídios ocorrem repentinamente, sem avisos prévios”. Mesmo que algumas pessoas tenham agido dessa maneira, no entanto, a maioria delas deu avisos de advertência verbais ou comportamentais.

3- “O suicida está decidido a morrer”. Não, o comportamento do suicida pode ser ambivalente em relação à vida e à morte. Pode agir impulsivamente na tentativa de matar-se, mas, ao fazê-lo, se puder, escolherá continuar vivendo. Por isso, o apoio emocional no momento adequado poderá prevenir o suicídio.

4- “Quem tentou o suicídio uma vez sempre tentará”. O maior risco de suicídio costuma ter curta duração e depende de uma situação específica. Ainda que os pensamentos para se matar voltem, não são permanentes. Mesmo quem os teve e tentou o suicídio diversas vezes, essa pessoa poderá viver depois durante muitos anos.

5- “Somente as pessoas com transtorno mentais são suicidas”. O comportamento suicida mostra que a pessoa está extremamente infeliz, mas não que tenha necessariamente um transtorno mental. Muitas pessoas com esses transtornos não apresentam um comportamento suicida, e nem todas que cometeram o suicídio tinham um transtorno psiquiátrico.

6- “Falar sobre o suicídio é uma ideia ruim, pois pode ser interpretado como um estímulo.” Devido ao enorme estigma que cerca o suicídio, a maioria das pessoas com esses pensamentos não sabe com quem conversar sobre isso. Ao contrário do que se imagina, conversar sem rodeios sobre o suicídio pode fazê-la acreditar em outras opções ou dar tempo para que possa refletir se, realmente, quer se matar e até desistir de fazê-lo.

3. A atuação do capelão militar

Um dado importante que não pode passar despercebido todos os anos é o do registro suicídios que acontecem no Brasil, cerca de dez mil e mais de um milhão em todo o mundo. O subsídio “Suicídio: informando para prevenir” lançado pela Câmara Técnica de Psiquiatria, com o apoio da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) destaca a necessidade de um aprimoramento social com comprometimento na defesa da vida, esse e outros tantos conteúdos colocam a sociedade de um modo geral em estado de alerta, e constante comprometimento frente ao número alarmante de suicídios e tentativas que acontecem anualmente.

Para colaborar num processo de valorização da vida, visamos neste trabalho, apresentar informações que possam ajudar a sociedade civil e da caserna a desmitificar a cultura e o tabu em torno do tema e nos auxiliar na identificação e tratamento dos acontecimentos, como visto anteriormente. Devemos estar aptos a reconhecer os fatores de perigo e risco que são constantemente sinalizados e com o apoio de profissionais procurar minimizar os estragos que a desvalorização da vida traz com a cultura de morte.

Nesse sentido a figura do capelão militar no seu ministério apoia em suas diversas atividades aqueles militares e civis que passam por desafios, tentando minimizar os estragos e os sofrimentos que assolam as famílias e a sociedade de modo geral. O serviço do capelão além de administrativo, no apoio e suporte das forças armadas e auxiliares, redação de documentos, elaboração de relatórios, organização de documentos, encarregado também da gestão de pessoal e financeira, tomando decisões e conduzindo estratégias, planejando e executando várias atividades, exerce a função pastoral, que é o centro da sua atividade.

3.1 Atividade pastoral

A atividade pastoral entendida como missão evangélica que busca propagar a mensagem cristã de valorização da pessoa humana, da prática do perdão, da caridade e outros tantos valores modelados em Jesus, norteiam as capelanias em todo o território nacional. O capelão exercendo suas habilidades

técnicas e devoções, cumulado de experiências conjugado de sabedoria e enriquecido pelas diversas expressões denominacionais e variedade de áreas de atuação e conhecimento formam a SAREX Serviço de apoio religioso do Exército.

Para que a atividade do capelão aconteça é necessário entendermos o risco constante e o perigo crescentes que a sociedade vem apresentando frente a desvalorização da vida, principalmente nos últimos anos. Assim, a capelania formada por padres e pastores, analisa e interpreta o risco ou seja, a probabilidade ou chance de um evento acontecer, que trazendo vulnerabilidade pode afetar a integridade da pessoa; também cabe ao capelão interpretar o perigo, como identificar uma determinada situação, entendida como a condição ou um conjunto de circunstâncias que tem o potencial de causar ou contribuir para o dano, uma lesão ou até mesmo a morte.

Quando a realização das atividades da assistência religiosa e espiritual são ativas junto à tropa percebe-se a busca de adequação aos princípios fundamentais da mesma, produzindo resultados em suas diversas nuances de tempo, indo além do ambiente de trabalho, levando para a vida o produto de uma tomada de consciência, além da reprodução de práticas ministradas, e sim como um estilo de vida, que enfrentando os desafios traz felicidade e realização pessoal.

3.2 A perspectiva cristã

Através da valorização da pessoa humana e de sua dignidade o capelão deve buscar enxergar além de uma tropa, cada pessoa, sua história e trajetória que fizeram com que ela se tornasse o que é, cada ato humano, suas vontades e liberdades; cada situação particular suas dimensões afetivas e espirituais, calcando uma percepção integral do ser, isso se espera, pois o capelão deve motivar conceito de imagem e semelhança de Deus, como apresenta a Bíblia Sagrada “Então Deus disse: Façamos o homem a nossa imagem e semelhança. Que ele reine sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais domésticos e sobre toda a terra, ... Deus criou o homem a sua imagem; criou homem e a mulher.”⁶

⁶ Gn 1.26-27

3.2.1 Ato

Ato é a capacidade de agir, que procede de uma vontade deliberada; o ato pode ser lícito ou ilícito; é a manifestação, o sinal como significado e conteúdo, da opção e da atitude. A moralidade dos atos depende do objeto escolhido, ou seja a sua ação, este é a matéria de um ato humano.⁷ O ato em si não tem valor, mas é caracterizado pela atitude que procede de uma decisão livre e consciente. Deus quis “deixar o homem entregue à sua própria decisão⁸” para que possa busca-lo livremente. Assim o trabalho de assistência religiosa precisa ser feito com excelência como qualquer trabalho para Deus, pois a motivação que leva o militar a executa-lo é através desse ato racional e consciente de liberdade que busca o encontro com o próprio Deus na pessoa dos pares, superiores e subordinados.

3.2.2 A razão

É a faculdade de avaliar, julgar, ponderar ideias universais; raciocínio, juízo, relações lógicas, inteligência, prudência⁹.

3.2.2 A liberdade

Faculdade de cada um se decidir ou agir segundo a própria determinação¹⁰ é a capacidade que o homem tem de fazer escolhas.

3.2.3 A vontade

É faculdade de representar mentalmente um ato que pode ser ou não praticado em obediência a um impulso ou a motivos ditados pela razão, capacidade de escolha, decisão¹¹

⁷ CAT N° 1751.

⁸ Eclo 15,14

⁹ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, *Dicionário da Língua Portuguesa*, RJ , Nova Fronteira, 1993

¹⁰ IBID

¹¹ IBID

4. Liberdade e responsabilidade

A palavra liberdade tem uma origem latina (*libertas*) e significa independência. Etimologicamente, a palavra responsabilidade também vem do latim (*respondere*) e significa ser capaz de comprometer-se.

A liberdade implica a possibilidade de *escolher entre o bem e o mal*, e portanto, de crescer na perfeição ou de falhar. É ela que caracteriza os atos propriamente humanos. Torna-se fonte de louvor ou de censura, de mérito ou de demérito. Não há verdadeira liberdade senão no serviço do bem e da justiça. A opção pela desobediência e pelo mal é um abuso da liberdade e conduz à escravidão do pecado. A liberdade torna o homem *responsável* pelos seus atos, na medida em que são voluntários. O progresso na virtude, o conhecimento do bem e a ascese aumentam o domínio da vontade sobre os próprios atos. A liberdade só alcança a perfeição se estiver ordenada para a vida, para Deus¹². Quanto mais se faz o bem mais a pessoa se torna livre, esse aspecto sempre tende a estar perceptivo nas atividades do capelão, que trabalha com um público plural e em constante desenvolvimento.

4.1 Condicionantes da liberdade

Podemos dizer que as experiências, as influências do meio, os interesses, a cultura, as religiões, as necessidades psicológicas e sociais condicionam a liberdade, que não implica o direito de fazer e dizer tudo, principalmente dentro da caserna.

Quando o homem é livre podemos dizer que “a liberdade não é um presente da natureza, mas sim uma conquista que só se alcança através de um grande e dramático combate. É a capacidade do homem de ir se desligando daqueles determinismos que não considera válidos para a sua vida.”¹³ É um grande e constante confronto entre o determinismo e a autonomia, que se estende por todo o tempo em diversos ambientes, inclusive no militar.

¹² CAT N° 1732 - 1734

¹³ ORDUNÃ, Azpitarte e Bartres. *Práxis Cristã*. p. 386.

4.2 Fim do ato humano e opção fundamental

Levando em consideração uma visão cristã, que hoje é percebida pela maioria dos militares da força, essa, ajuda o capelão na fundamentação da opção em fazer o bem e evitar o mal; nos aconselhamentos devem ser orientados sobre as transgressão de regras morais que implicam nas escolhas do mal e por assim trazendo consequências negativas. “ Os atos humanos aproximam ou afastam o homem de seu fim sobrenatural que é a graça, a amizade com Deus.”¹⁴ Todo ato humano se ordena para o bem, para o amor que é Deus.

Tudo está em vista desse fim, os homens agem em vista de seus objetivos, e tendo o livre arbítrio podem escolher entre o bem e o mal, e realmente podem se sentir livres quando tem no fim de suas ações a opção positiva no seguimento de Deus.

5. Consciência

Consciência é a faculdade que consiste em distinguir entre o bem e o mal, resultando no sentimento do dever ou da interdição de se praticarem determinados atos, da sua aprovação ou remorso por tê-lo praticado. “A consciência é o núcleo sagrado do homem onde ele está sozinho com Deus e onde ressoa sua voz.”¹⁵

Assim o capelão não pode esquecer que a gênese, da consciência é o próprio Deus. Existem regras da consciência que valem para todos os homens, as chamadas *universais* como é a regra de ouro: “ tudo aquilo que quereis que os homens vos façam, fazei-o vós a eles.” (Mt 7,12). Isso deve ser empregado muito em tropa, conscientizando do papel de cada um, e que como agentes de transformação, poderão melhorar o ambiente militar de trabalho, familiar, os relacionamentos, etc. com uma postura íntegra e cristã.

5.1 Consciência habitual (Sinderese) e Consciência atual

Através da consciência moral podemos perceber a manifestação do bom senso, discernimento e princípios conhecidos através das experiências do

¹⁴ GALVÃO, Antonio M. *Teologia Moral trocada em miúdos*. p. 9. ¹⁵ IBID Nº 1776.

dia-a-dia. A consciência habitual é tida como iluminada pela razão “a consciência moral compreende a percepção dos princípios da moralidade (sindérese).”¹⁵

Quando a consciência atual é uma função de juízo moral interior, que se revela como sendo uma consciência fundamental, esta, então, parece como a tomada de consciência radical, simplíssima e riquíssima, da orientação e do conteúdo da opção fundametal, que é o Bem absoluto¹⁶.

6. Discernimento – valor, norma e juízo moral

Vindo do latim *discerno* que significa separar, distinguir; tendo-o como capacidade de compreender situações, de separar o certo do errado, uma capacidade de avaliar as coisas com bom senso e clareza no qual o cristão precisa discernir diariamente diante das propostas que são colocadas à sua frente, para fazer sempre a vontade de Deus, procurando não o que é bom e agradável, mas o que lhe convém.¹⁷

O valor caracterizado como a qualidade humana física, intelectual ou moral, que desperta admiração ou respeito; enquanto a norma é aquilo que regula procedimentos ou atos; regra, princípio, padrão, lei, força do valor apreendido pela pessoa, cujo cumprimento consiste no amor a Deus e ao próximo. A dignidade humana se dá quando o homem segue a Lei que Deus inscreve em seu coração.¹⁸, igualando ao juízo que é a norma interiorizada da moralidade, tendo em vista que pela fidelidade à voz da consciência, os cristãos estão unidos aos demais homens, no dever de bucar a verdade e de nela resolver tantos problemas que surgem na vida individual e social²⁰. De forma que a consciência deve ser formada e o juízo esclarecido²¹ com tudo isso alinhado, o capelão tem condições ainda maiores de cooperar nos atendimentos que derivam de diversas situações que chegam à capelania.

¹⁵ CAT Nº. 1780.

¹⁶ DICCIONARIO DE TEOLOGIA MORAL, 1997,p. 146-147

¹⁷ FI 1, 10.

¹⁸ CAT Nº 1780.

²⁰ GS Nº 16 ²¹

CAT Nº 178.

7. Consentimento

Levando em consideração que o consentimento é o ato da pessoa de permitir a fazer algo, uma aprovação, ou concordância, através dela o capelão interpreta se houve o consentimento convicto e manifestante do compromisso da pessoa com suas decisões tomadas, que geram um grau ainda maior de responsabilidade do ato, e consequências maiores. Uma consciência bem formada leva a pessoa, seus atos e decisões à reta razão, porque na “formação da consciência a Palavra de Deus é a luz de nosso caminho.”¹⁹

E esse caminho, seja militar ou civil, quando se tem direção para caminhar, orientação de como proceder em situações particulares, ajuda a fazer com que o caminhar seja leve, e o objetivo cumprido, assim a figura do capelão deve favorecer para que a tomada de consciência e o consentimento pessoal seja pelo certo, mesmo que ele, seja difícil de se cumprir.

8. O Senhor dos exércitos

Abarcando os itens acima e tantos outros que proporcionam ao capelão um trabalho capaz de valorizar a vida, a pessoa humana e os valores cristãos, não podemos esquecer que Jesus Cristo é o que aperfeiçoa o ser humano e é na história que Ele se revela e ama, pleno da graça, sinal totalizante da graça, já que ele é a perfeição da antiga lei. O cristão por graça de Deus é o “novo que se renova para o conhecimento segundo a imagem do seu Criador²⁰” Jesus se torna o modelo vivente da existência cristã segundo a vontade de Deus: curando, perdendo, servindo, manifestando uma inversão radical dos valores e revelando o novo rosto do Pai.

Com todo esse aparato teológico, o capelão militar busca através da sua presença junto a tropa, nos cultos e missas, nas visitas hospitalares, familiares e aos encarcerados, na realização palestras de valorização da vida, prevenção uso de drogas, valores morais além da realização de cursos e preparações sacramentais, escolas bíblicas e catequéticas, assessorando os comandantes que o homem não está longe da reflexão social das coisas certas e erradas, e é exatamente isso que faz com que as tomadas de decisão pautadas na sua

¹⁹ IBID N° 1785

²⁰ CL 3,10

vivência, e espiritualidade definam o comportamento e rumos das ações que o torna responsável e ator na sociedade num desejo de desenvolvimento de bemestar e graça comunitário para a família militar e civil.

CONCLUSÃO

As diversas potencialidades (social, familiar, religiosa, etc.) que as Capelarias Militares proporcionam aos militares e civis na valorização e qualidade de vida proporcionada pelos entendimento das diversas realidades, e as diferenças entre assistência religiosa e espiritual podem ser entendidas como liturgia, que sua origem derivada “do grego *leitourgos*, descreve alguém que faz serviço público ou liderava uma cerimônia sagrada.”²¹ Assim, possibilitando ao capelão perceber fatores que potencialmente ameaçam a vida humana e espiritual e que todos somos responsáveis pela sua preservação, o apoio da Assistência religiosa junto às Forças Armadas desembocam numa visualização ampla de cada missão assumida no dia-a-dia da caserna, presumindo sabedoria divina concedida como graça de Deus á aqueles que buscam orientar e conduzir, para que sejam da melhor forma empregadas todas as suas potencialidades, agindo como presença amiga em todos os momentos, instigando a valorização da vida e da práxis cristã.

²¹ <https://www.significados.com.br/liturgia/>

REFERÊNCIAS

- ALVES, Gisleno Gomes de Farias. **Fundamento científico da capelania**. In: ALVES, Gisleno Gomes de Farias (org.). **Manual do capelão: teoria e prática**. São Paulo: Hagnos, 2017, p. 126-154.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA (ABP). **Suicídio: informando para prevenir**. Brasília, 2014.
- BÍBLIA – **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002. Fl 1, 10; Gn 1.26-27; Eclo 15,14; CL 3,10.
- Botega NJ, D'Oliveira CF, Cais CF, Stefanello S. **Prevenção do suicídio: manual dirigido profissionais da saúde da atenção básica recursos da comunidade**. São Paulo: Unicamp, 2009.
- BRASIL. Lei 6.923, de 29 de junho de 1981. Regula o serviço de assistência religiosa nas Forças Armadas.
- CAT - **CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA**. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas, Loyola, Ave-Maria, 1993.
- COMPAGNONI, F.; PIANA, G.; PRIVITERA, S. (Orgs.). **Dicionário de teologia moral**. Tradução: Lourenço Costa; Isabel Fontes Leal Ferreira; Honório Dalbosco. São Paulo: Paulus, 1997, 146-147 p.
- DEMO, Pedro. Cuidado metodológico: signo crucial da qualidade. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 17, n. 2, p. 349-373, 2002.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, **Dicionário da Língua Portuguesa**, RJ, Nova Fronteira, 1993.
- Folheto**: fatores de risco e sinais de alerta; disponível em www.setembroamarelo.com
- FRANKL, Viktor E. **Em busca de sentido**: um psicólogo no campo de concentração. São Leopoldo: Sinodal/Vozes: Petrópolis, 2018.
- GALVÃO, Antônio M. *Teologia Moral trocada em miúdos*. O Recado: 2005, p. 9.
- GS – CONSTITUIÇÃO PASTORAL GAUDIM ET SPES. **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 1997.
- <http://institutobiadote.org.br/prevencao-ao-suicidio/cf>. Preventing suicide: A global imperative – http://www.who.int/mental_health/suicide_evention/world_report_2014> Acesso em: 24 de ago. de 2023.
- <http://www.filosofia.seed.pr.gov.br/cf>. Discurso de Sócrates em sua defesa/> Acesso em: 29 de ago. de 2023.
- [https://concursos.adv.br/tentativa de suicídio e depressão entre os militares/>](https://concursos.adv.br/tentativa_de_suicidio_e_depressao_entre_os_militares/) Acesso em: 29 de ago. de 2023.
- Manejo do comportamento suicida e de automutilação na família; disponível em: <www.gov.br/mhdpt-br/assuntos/noticias/202/eleicoes-2022periodoeleitoral/copy_of_manejo_do_comportamento_suicida_e_de_auto_mutilacao.pdf>.
- MARSHALL, Colin; PAYNE, Tony. **A treliça e a videira**: a mentalidade de discipulado que muda tudo. São José dos Campos, SP: Editora Fiel, 2015.
- MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO: Departamento Geral do Pessoal. **Guia de prevenção ao suicídio**. 1 Edição. Abril de 2021.

ORDUNÃ, Azpitarte e Bartres. ***Práxis Cristã***. São Paulo: 3ª ed. Paulinas: 1983, p. 386.

SATHLER-ROSA, Ronaldo. **Cuidado pastoral em tempos de insegurança: uma hermenêutica contemporânea**. São Paulo: Aste, 2004.

Suicídio: informando para prevenir. Associação Brasileira de Psiquiatria, 2014.